

As primeiras-damas como membros da elite política

Carolina Guerrero Valencia¹

Ignacio Arana Araya²

Tradução de Jéssica Melo³

Resumo

As primeiras-damas estão crescentemente adquirindo capital político, influenciando os governos e lançando-se como candidatas. No entanto, a literatura especializada não tem documentado essa tendência. Nesse artigo, argumentamos que o ingresso desse grupo de mulheres no Poder Executivo exige que sejam consideradas como parte da elite política. Para se ter um melhor entendimento da influência política das primeiras-damas, propomos uma tipologia que origina quatro categorias, nas quais classificamos as 88 mulheres que estiveram no posto entre 1990 e 2016.

Palavras-chave: América Latina; Elite; Poder Executivo; Primeira-dama.

Resumen

Las primeras damas están crecientemente adquiriendo capital político, influyendo en gobiernos, y lanzándose como candidatas. Sin embargo, la literatura especializada no ha documentado esta tendencia. En este artículo, argumentamos que el involucramiento de este grupo de mujeres en el Poder Ejecutivo amerita que sean consideradas como parte de la élite política. Para tener un mejor entendimiento de la influencia política de las primeras damas, proponemos una tipología que genera cuatro categorías en las que luego clasificamos a las 88 mujeres que estuvieron en el puesto entre 1990 y 2016.

Palabras clave: América Latina; Élite; Poder ejecutivo; Primera Dama.

¹ Doutora em Ciência Política pela Universität Hamburg e pesquisadora associada ao German Institute for Latin American Studies (GIGA). E-mail: carolina.guerrero@giga-hamburg.de

² Professor assistente do Institute for Politics and Strategy da Carnegie Mellon University e doutor em Ciência Política pela University of Pittsburgh. E-mail: iarana@andrew.cmu.edu

³ Doutoranda em Sociologia pela USP e bolsista CNPq. É mestra em Ciências Sociais pela Unifesp, coordenadora do projeto Mulheres Eleitas (UFFRJ) e pesquisadora vinculada ao GPSECC (USP). Tem experiência com elites políticas latino-americanas, mulheres no Executivo e primeiras-damas. E-mail: jessicamelo@usp.br.

Abstract

First ladies are increasingly acquiring political capital, influencing governments, and becoming candidates. However, the specialized literature has not documented this trend. In this article, we argue that the involvement of this group of women in the Executive Power makes it necessary to consider them as part of the political elite. To have a better understanding of the political influence of the first ladies, we propose a typology that generates four categories in which we then classify the 88 women who held the position between 1990 and 2016.

Keywords: Latin America; Elite; Executive power; First Lady.

Introdução⁴

As primeiras-damas despontaram fortemente na política latino-americana, tanto ao ocupar o Poder Executivo como quando o deixam. Um total de 66, entre as 88 primeiras-damas que existiram na região entre 1990 e 2016, envolveram-se formalmente em políticas públicas após chegar ao Poder Executivo, inclusive em áreas influentes como a saúde e a educação. As primeiras-damas estão sendo crescentemente identificadas como autoridades representativas do governo, participando em campanhas, dando declarações políticas, participando de turnês e, inclusive, assinando tratados de cooperação com governos e órgãos internacionais. Após deixarem o Poder Executivo, muitas delas se candidataram a altos cargos eletivos. Entre 1999 e 2016, vinte ex-primeiras-damas se lançaram vinte e seis vezes como candidatas à presidência, vice-presidência ou ao Congresso, sendo eleitas em dezenove ocasiões. No entanto, apesar de uma participação ativa das primeiras-damas na política, a literatura especializada falhou em documentar de maneira comparada seu crescente pertencimento à elite política.

O estudo da atividade política das primeiras-damas variou segundo sua procedência geográfica. A primeira-dama dos Estados Unidos foi a mais estudada até o momento. Ainda que as biografias sejam dominantes (BORRELLI, 2002), os pesquisadores também têm examinado o desenvolvimento histórico da institucionalidade que rodeia as primeiras-damas (WATSON, 1997, p. 814); o impacto que elas têm nas campanhas presidenciais

⁴ Os autores agradecem os comentários e sugestões dos avaliadores anônimos da *América Latina Hoy*, Revista de Ciências Sociais, à primeira versão deste artigo. Artigo original: Guerrero Valencia, C., & Arana Araya, I. (2019). Las primeras damas como miembros de la élite política. *América Latina Hoy*, 81, 31-49. <https://doi.org/10.14201/alh2019813149>.

(BURNS, 2005) e sua influência pública (Watson 1997); a cobertura midiática que recebem (BURNS, 2004); e as características de sua participação, que inclui a falta de prestação de contas (BURRELL, ELDER, FREDERICK, 2011).

As pesquisas centradas na América Latina estão focadas principalmente na trajetória individual das primeiras-damas (CAÚLA, SILVA, 2011; GORDINHO, 2009), apesar da existência de alguns trabalhos que analisam aspectos específicos do desempenho delas (FERNÁNDEZ, 2011; ROSENHECK, 2011); ou das trajetórias coletivas das primeiras-damas de um determinado país (SEFCHOVICH, 2003; BALCÁRCER, 2010; VIERCI, 2014). Ou seja, embora exista uma literatura sobre as primeiras-damas, o comportamento político deste grupo de mulheres praticamente não foi estudado de forma comparada (como exceção, GUERRERO, ARANA, 2018) - apesar de seu protagonismo crescente.

As pesquisas centradas na América Latina focalizam principalmente na trajetória individual das primeiras-damas (CAÚLA, SILVA, 2011; GORDINHO, 2009), se bem que alguns trabalhos analisaram aspectos específicos de seus desempenhos (FERNÁNDEZ, op. cit.; ROSENHECK, op. cit.) ou as trajetórias coletivas das primeiras-damas de um país (SEFCHOVICH, op. cit.; BALCÁRCER, op. cit.; VIERCI, op. cit.). Ou seja, ainda que exista uma literatura sobre as primeiras-damas, o comportamento político deste grupo de mulheres praticamente não foi estudado de forma comparada (como exceção, GUERRERO, ARANA, op. cit.) ainda que tenha um protagonismo crescente.

Nesse artigo, analisamos o ingresso das primeiras-damas na política latino-americana, demonstrando as atividades doméstica e internacional que realizaram 88 mulheres ocupantes desse posto entre os anos de 1990 e 2016. Argumentamos que o desempenho das primeiras-damas credenciam-nas a serem consideradas como membros da elite política e que compreender a influência por elas exercida na política é relevante, uma vez que têm um perfil distintivo. Tratam-se de mulheres que não foram eleitas popularmente e não precisam prestar contas, mas que possuem um posto privilegiado no Poder Executivo, no qual contam com uma alta visibilidade midiática, podem influenciar a agenda do presidente e acumular capital político em benefício próprio. Portanto, o envolvimento político das primeiras-damas é distinto ao das mulheres que ingressam na política a partir de uma posição menos privilegiada.

O estudo das primeiras-damas é também relevante porque se conecta com três assuntos de interesse na política comparada. O primeiro refere-se à personalização da

política, que ocorre quando os eleitores se identificam mais com a liderança de um político do que com o partido ou a corrente ideológica que ele representa. A personalização da política é um problema grave, que afeta a competitividade eleitoral e a circulação das elites na América Latina (MCALLISTER, 2007). A influência política que as primeiras-damas podem exercer, tanto no período em que estão no Executivo quanto ao se lançarem a um cargo eletivo, está muito ligada a sua individualidade.

O segundo ponto está relacionado às atividades políticas das ex-primeiras-damas, que podem contribuir com a reprodução de relações endogâmicas da elite política. As famílias políticas poderosas são um fenômeno recorrente na América Latina (ALCÁNTARA, 2012, p. 284), o que tende a restringir a competitividade eleitoral e concentrar o poder em poucas mãos.

Por fim, a participação política das primeiras-damas relaciona-se a uma maior inclusão das mulheres na política. Alguns estudos propõem que uma consequência de haver mais mulheres em cargos de poder é o aumento da aceitação social sobre a presença delas na política. Por sua vez, mais mulheres se interessando em participar, gera um círculo virtuoso que permite reduzir a disparidade de gênero em assuntos de governo (ESCOBAR-LEMMON, TAYLOR-ROBINSON, 2005; THAMES, WILLIAMS, 2013).

Para compreender melhor o envolvimento das primeiras-damas na política, propomos uma tipologia baseada na experiência política que elas tiveram antes de chegar ao Poder Executivo e em sua participação em políticas públicas quando chegam ao governo. Com o cruzamento destes dois indicadores, surgem quatro tipos de primeiras-damas: políticas ativas, políticas novatas, conselheiras políticas e despolitizadas. Em seguida, mostramos como estas categorias auxiliam a classificar o desempenho das 88 primeiras-damas da amostra. Acreditamos que a tipificação representa um primeiro passo rumo à compreensão desse seleto grupo de mulheres, em especial, de seu pertencimento à elite política.

Na seção seguinte, revisamos como a literatura tem abordado a participação das primeiras-damas na política. Como ficará em evidência, apesar da grande diversidade de temas abordados, a literatura especializada tem falhado em abordar a real influência que muitas primeiras-damas alcançam. A terceira seção descreve a participação política das primeiras-damas nos níveis nacional e internacional, abrangendo as 88 mulheres de 18 países que ocuparam o posto entre 1990 e 2016. Na quarta seção, apresentamos nosso

argumento e mostramos como a tipologia proposta auxilia na compreensão sobre o pertencimento das primeiras-damas à elite política. Na conclusão, discutimos a agenda de pesquisa que permite o estudo sistemático da trajetória das primeiras-damas.

1. O que a literatura especializada diz

A primeira-dama, cargo usualmente ostentado pela esposa do presidente, mas também pela filha, irmã ou algum parente de chefes de governo, pode desenvolver um papel chave nos sistemas presidencialistas. Ela integra o que alguns autores chamam de núcleo estratégico do governo (FERNÁNDEZ RAMIL, RIVERA URRUTIA, 2012) ou presidência institucional (INÁCIO, LLANOS, 2016), em alusão ao grupo de agências e assessores que trabalham sob a autoridade do presidente, apoiando-o nos processos de tomada de decisões. Sua atuação se dá de maneira independente ao gabinete, já que possui o próprio escritório. Segundo Watson (1997, p. 814), a primeira-dama não somente compartilha uma posição na vida pessoal e social do presidente, como também sua vida pública e sua trajetória. Portanto, as primeiras-damas podem afetar o desempenho presidencial e a avaliação que instituições, políticos e eleitores fazem em relação ao presidente.

O estudo das primeiras-damas é relativamente novo e pode ser agrupado segundo sua origem geográfica. Até agora, a grande maioria das publicações são focadas nas primeiras-damas dos Estados Unidos e também existe uma literatura relativa à América Latina e, mais incipiente, sobre a África e Ásia.

Watson (op. cit.) mostrou que, entre outras coisas, o estudo sobre a cônjuge do presidente dos Estados Unidos tem se centrado no desenvolvimento histórico do arcabouço institucional que a cerca, que é composto por dois aspectos centrais. O primeiro enfoca o cargo em si, mais especificamente, o fato de se tratar de uma posição não eletiva, de exclusiva confiança do presidente e que não demanda prestação de contas. Ou seja, a primeira-dama não é responsável perante o Congresso e não pode ser convocada diante de comissões de investigação ou ser interrogada (FERNÁNDEZ RAMIL, RIVERA URRUTIA, op. cit., p. 21). O cargo não existe dentro de uma legislação do país e não tem um portfólio de temas estabelecidos (WATSON, 2003, p. 434). O desenvolvimento histórico mostra que a primeira-dama é uma posição flexível, que permite uma participação

ativa na política. Por exemplo, a nomeação de Hillary Clinton como chefe do grupo de trabalho na reforma do sistema de atendimento médico (*Health Care Reform Task Force*) e o julgamento subsequente em torno de seu papel chamaram a atenção sobre a ambigüidade e os termos legais da autoridade da primeira-dama (STOOKSBURY, EDGEMON, 2003, p. 106).

O segundo aspecto concentra-se no gabinete onde a primeira-dama trabalha, que lhe oferece apoio técnico e político dentro da presidência (BORRELLI et al., 2017; EKSTEROWICZ, PAYNTER, 2000). As funções desse escritório foram se expandindo ao longo do tempo, tornando-se mais profissionalizadas e, cada vez mais, integradas ao escritório do presidente na Casa Branca (Idem). Borrelli et al. (op. cit.) entrevistaram os membros do escritório de diversas administrações e identificaram que tem ocorrido um processo de reestruturação e expansão, principalmente por demandas dos presidentes, do Congresso e das próprias primeiras-damas.

Em paralelo aos estudos centrados na institucionalização que envolve as primeiras-damas, existe uma corrente de pesquisa mais voltada para as funções que cumprem, incluindo sua influência política (STOOKSBURY, EDGEMON, op. cit.; WINFIELD, 1997; BURNS, 2004; WATSON, 1997; BORRELLI, 2001, p. 398). Winfield (1997, p. 167) identifica quatro tipos de atribuições exercidas pelas primeiras-damas. Primeiro, a de acompanhante (*escort role*), onde são mencionadas somente como companhia de seus esposos. Segundo, o rol protocolar (*protocol role*), com a participação da primeira-dama na organização de eventos sociais, cerimoniais e diplomáticos. Terceiro, o papel benéfico (*noblesse oblige role*), onde elas se preocupam com obras de caridade, apoiando os mais carentes (como moradores de rua, crianças e idosos). Por fim, o rol das políticas públicas (*policy role*), em que elas formulam, desenvolvem e influenciam políticas públicas e programas de governo. Uma primeira-dama pode escolher qual dessas funções irá enfatizar, já que elas são complementares.

Em relação à influência das primeiras-damas, Watson (1997, p. 815-816) propõe três categorias: influência política, influência de almofada e influência pública. A “influência política” inclui atividades formais como escrever e editar discursos, aconselhar e promover políticas públicas, fazer *lobby*, selecionar e aprovar nomeações presidenciais e participar das campanhas eleitorais. A “influência de almofada” é informal e ocorre quando o presidente pede conselho político à sua esposa. Por fim, a “influência pública” implica o potencial de

afetar a imagem do presidente através de opiniões expressas abertamente, participação em eventos, acompanhamento do presidente em viagens, pronunciamento de discursos oficiais e realização de eventos sociais.

Sobre as primeiras-damas na América Latina foram publicadas biografias (CAULA, SILVA, 2011; GORDINHO, 2009; WORNAT, 2005); autobiografias (MALTA, 2014; RUIZ, 2012); revisões biográficas históricas em países específicos como México (SEFCHOVICH, 2003), República Dominicana (BALCÁRCER, 2010) e Uruguai (VIERCI, 2014), além de análises sobre a participação no governo (FERNÁNDEZ, 2011; ROSENHECK, 2011; SANTAMARÍA, 2011; SEFCHOVICH, 2011). Por exemplo, o desempenho de Marta Sahagún (primeira-dama do México, entre 2001-2006), foi estudado por sua participação ativa no governo (SEFCHOVICH, op. cit.; WORNAT, 2005). Sahagún tomou decisões sobre temas tão variados como infância, mulheres, educação, saúde, atenção aos migrantes, violência doméstica, saúde reprodutiva e demarcação de terra aos indígenas (SEFCHOVICH, op. cit., p. 41).

A literatura latino-americana forneceu muitos detalhes sobre a vida das primeiras-damas e seu comportamento no cargo. Duas mulheres influentes e estudadas são argentinas. Eva Perón (1946-1952) pronunciou discursos, promoveu o sufrágio feminino, estabeleceu uma relação próxima com os trabalhadores e os sindicatos e fundou a facção feminina do Partido Peronista. Mais recentemente, Cristina Fernández teve uma extensa carreira como legisladora antes de chegar à Casa Rosada como primeira-dama (2003-2007) e, depois, como presidenta (2007-2011 e 2011-2015). No entanto, diferentemente da literatura estadunidense, não foram realizados estudos que permitam compreender a evolução e as mudanças da posição em cada país, ou de forma comparativa na região. Tampouco foram desenvolvidas análises sobre questões como a crescente institucionalização do gabinete da primeira-dama.

Há uma literatura incipiente sobre outras regiões do mundo. No caso dos países da África do Sul, Van Wyk (2017) analisou o papel, os gabinetes e a influência das primeiras-damas, concluindo que elas exercem considerável influência sobre o Executivo com o apoio de seus gabinetes, os quais estão institucionalizados de maneira formal e informal dentro do governo. Na Ásia, o caso mais estudado tem sido o da sul-coreana Park Geun-Hye, primeira-dama entre 1974 e 1979 (LEE, 2017; HÜSTEBECK, 2006). Lee (op. cit.), por

exemplo, destacou a habilidade de Geun-Hye em usar sua posição privilegiada e seu gênero para se consolidar como uma política competente e alcançar a presidência, em 2013.

Apesar da publicação constante de estudos sobre as primeiras-damas, geralmente elas são ignoradas como atores e membros da elite (O'CONNOR, NYE, VAN ASSENDELFT, 1996; WATSON, 2003). Embora exista um consenso sobre a influência da primeira-dama nas decisões presidenciais, vários autores reconheceram que, devido à natureza cerimonial do cargo e ao fato de que sua atividade é frequentemente exercida por canais informais, é difícil medir sua influência política (BORRELLI, 2011; WATSON, 1997, 2001). Somado a isto, a ausência de trabalhos comparativos, os diversos desenhos de pesquisa e a predominância da realidade estadunidense nas pesquisas dificultam as generalizações teóricas. A ausência de estudos comparativos é particularmente notável na América Latina, onde mais primeiras-damas participam da política antes, durante e depois de assumir o cargo.

2. A participação política das primeiras-damas

A crescente normalização da participação das mulheres na política, a politização da posição de primeira-dama em quase toda a região e a grande cobertura midiática sobre o que elas dizem e fazem têm criado estruturas de oportunidades favoráveis para que aquelas com ambições políticas possam disputar as eleições após deixar o Poder Executivo. Entre 1999 e 2016, um total de 20 ex-primeiras-damas foram candidatas 26 vezes em eleições para a presidência, vice-presidência ou Congresso. Este fenômeno revela que muitas primeiras-damas possuem grandes ambições políticas.

A tabela a seguir mostra, de maneira sistematizada, a trajetória das ex-primeiras-damas candidatas, levando em conta se possuem experiência política prévia, os cargos a que se candidataram após a saída do governo, o resultado e os anos envolvidos. Vários pontos podem ser destacados. Observa-se, primeiramente, que as candidatas foram particularmente bem-sucedidas, sendo eleitas 19 vezes e em todas as tentativas para alcançar uma cadeira no legislativo. As únicas derrotadas foram as que disputaram a presidência ou a vice-presidência. Isso sugere que a posição de primeira-dama é uma excelente plataforma para acumular capital político e, posteriormente, acessar cargos eletivos. Segundo, o número

de candidaturas tende a crescer ao longo dos anos - 16 das postulações ocorreram entre 2010 e 2016, havendo quatro candidaturas no último ano. Terceiro, sete candidatas foram eleitas antes de serem primeiras-damas; todas foram legisladoras.

Tabela 1 Trajetória política das ex-primeiras-damas candidatas na América Latina, 1990-2016

País	Nome	Experiência política prévia (cargo, período)	Período como primeira-dama	Experiência posterior (cargo que concorreu, ano)	Eleita?	Período
Argentina	Hilda “Chiche” González de Duhalde	Deputada, 1997-2003	2002-2003	Deputada, 2003	Sim	2003-2005
				Senadora, 2005	Sim	2005-2011
	Cristina Fernández de Kirchner	Deputada, 1989-1995	2003-2007	Presidenta, 2007	Sim	2007-2011
		Senadora, 1995-1997				
		Deputada, 1997-2001		Presidenta, 2011	Sim	2011-2015
		Senadora, 2001-2005				
Costa Rica	Gloria Bejarano Almada	Sem experiência	1990-1994	Legisladora, 2010	Sim	2010-2014
	Margarita Penón Góngora	Sem experiência	1986-1990	Legisladora, 2002	Sim	2002-2005
Equador	Ximena Bohórquez Romero	Legisladora, 2003-2006	2003-2006	Legisladora, 2007	Sim	2007-2008
Guatemala	Raquel Blandón de Cerezo	Cargos no Partido Social Cristão, 1981	1986-1991	vice-presidenta, 2011	Não	-
	Patricia Escobar de Arzú	Sem experiência	1996-2000	Presidenta, 2011	Não	-
	Sandra Torres	Fundadora do Partido Unidade Nacional da Esperança, 2002	2008-2011	Presidenta, 2015	Não	-
Honduras	Xiomara Castro de Zelaya	Sem experiência	2006-2009	Presidenta, 2013	Não	-
Nicarágua	María Dolores Alemán Cardenal	Sem experiência	1997-1999	Legisladora, 2006	Sim	2007-2011
	María Fernanda Flores de Alemán	Sem experiência	1999-2002	Legisladora, 2016	Sim	2017-2022
	Rosario Murillo	Legisladora, 1984-1990	1985-1990 2007-2016	Vice-presidenta, 2016	Sim	2017-2022
Panamá	Marta Linares de Martinelli	Sem experiência	2009-2013	Vice-presidenta, 2014	Não	-
Paraguai	Mirta Gusinky	Sem experiência	1998-1999	Senadora, 2013	Sim	2013-2018
	Emilia Alfaro de Franco	Deputada, 2008-2013	2012-2013	Senadora, 2013	Sim	2013-2018
Perú	Susana Higuchi	Sem experiência	1990-1994	Legisladora, 2000	Sim	2000-2001
				Legisladora, 2001	Sim	2001-2006

	Keiko Fujimori	Sem experiência	1994-2000	Legisladora, 2006	Sim	2006-2011
				Presidenta, 2011	Não	-
				Presidenta, 2016	Não	-
República Dominicana	Margarita Cedeño de Fernández	Sem experiência	2004-2012	Vice-presidenta, 2012	Sim	2012-2016
				Vice-presidenta, 2016	Sim	2016-2020
Uruguai	María Julia Pou	Sem experiência	1990-1995	Senadora, 1999	Sim	2000-2005
	Lucía Topolansky	Deputada, 2002-2005	2010-2015	Senadora, 2014	Sim	2015-2020
		Senadora, 2005-2010				
		Senadora, 2010-2015				

Fonte: Elaboração própria

Até agora, a visão predominante considera aquelas que concorrem nas eleições como simples delegadas dos presidentes, sem projetos e/ou capital político próprios. No entanto, o trabalho recente de Guerrero e Arana (2018) sugere que essa interpretação é errônea. Os especialistas analisaram a trajetória política das primeiras-damas, antes e depois da posse, e revelaram que existem dois grupos principais de mulheres que participam de disputas eleitorais após a saída do Executivo. Um deles, o das “delegadas”, está em consonância com a visão tradicional. Este grupo é composto por mulheres sem trajetória eleitoral prévia ao título de primeira-dama, sendo que ingressam na arena eleitoral para capitalizar a popularidade de seus maridos ou pais. O voto a elas, então, costuma ser interpretado como um voto à eles. Em um segundo grupo, ligeiramente menos numeroso, encontram-se aquelas que lançam suas candidaturas depois de uma carreira eleitoral bem-sucedida e antes de se tornarem primeiras-damas. Os autores argumentam que esse grupo é integrado por políticas que estrategicamente usam sua posição protocolar como primeiras-damas para pavimentar um futuro eleitoral exitoso.

Outras primeiras-damas, ao deixarem o Executivo, tentaram capitalizar a experiência do governo com atividades que não envolvem candidatura mas que, de certa forma, tenham projeção pública. Algumas criaram suas próprias Fundações; outras trabalharam em organizações internacionais ou continuaram colaborando com causas sociais. Por exemplo, Josette Altmann (primeira-dama da Costa Rica, 1994-1998), é Secretária-Geral da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), desde 2016. Nesse mesmo ano, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura nomeou como chefe da Secretaria de Relações, Nadine Heredia (primeira-dama do Peru, 2011-2016). Nos Estados

Unidos, algumas ex-primeiras-damas também se dedicaram ao setor, sem almejavam lucros, após deixarem a Casa Branca (BORRELLI, TENPAS, WRIGHT, 2017, p. 42).

A atividade política de algumas primeiras-damas, enquanto ainda ocupavam cargos oficiais, também foi intensa. Quando ambos os membros do matrimônio participam ativamente na política de seu país, eles são denominados matrimônios presidenciais (ARANA, 2016a; SERRAFERO, 2015). Em alguns casos extremos, analistas descreveram as primeiras-damas como vice-presidentas de fato (FERNÁNDEZ, 2011; SANTAMARÍA, 2011; BRANDOLI, 2016). Por exemplo, o presidente da Guatemala, Álvaro Colom (2008-2012), anunciou uma reorganização administrativa no Executivo para acomodar sua esposa, Sandra Torres. Ela foi a responsável pelo Conselho de Coesão Social, encarregado pelo investimento social do governo (FERNÁNDEZ, op. cit., p. 4). Da mesma forma, a nicaragüense Rosario Murillo (1985-1990 e 2007-) foi descrita como alguém que exerce o poder “no trono” (SANTAMARÍA, op. cit., p. 28), atuando como porta-voz do governo e como membro de fato do gabinete (ROBLES, 2016). Por exemplo, participou como ministra das Relações Exteriores na Cúpula da Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe, realizada em 2015, na Costa Rica (ÁLVAREZ, 2015). Para Martí I Puig (2008, p. 290), o presidente Daniel Ortega (1985-1990, 2007-) projetou em 2007, no seu governo, um gabinete comedido, com um papel de destaque para sua esposa. A influência constante de Murillo, vice-presidenta desde 2017, tem sido denominada publicamente de “co-presidenta” da Nicarágua (DEBUSMANN, 2007; BRANDOLI, op. cit.; SANTAMARÍA, op. cit.).

Das 88 primeiras-damas que existiram desde 1990, 66 delas tiveram funções na formulação, desenvolvimento e administração de políticas públicas e de programas de governo, algo que as primeiras-damas estadunidenses também fizeram (WINFIELD, 1997a; BURNS, 2004; BORRELLI, 2011). Muitas vezes, os programas são orientados por questões de gênero associadas à maternidade, tais como: família, adolescência, mulher e adultos mais idosos. Em alguns casos, as primeiras-damas tornam-se o rosto de um programa, promovendo-o em fóruns internacionais e gerando apoio na opinião pública.

A discussão de alguns casos é ilustrativa. No México, quase metade das mulheres, crianças, idosos e deficientes receberam cuidados de instituições sociais chefiadas pela cónyuge do presidente (SEFCHOVICH, 2003, p. 486). No Chile, as primeiras-damas tradicionalmente criaram, dirigiram e promoveram políticas públicas (GÁLVEZ, 2014).

Leonor Oyarzún (1990-1994) criou a Fundação Integra, que concedeu acesso a creche e ao jardim de infância para crianças carentes; e a Fundação de Promoção e Desenvolvimento da Mulher (Prodemu). Sua sucessora, Marta Larraechea (1994-2000), fundou o Museu Interativo Mirador, com vistas a aproximar a ciência das crianças. Luisa Durán (2000-2006) criou a Fundação de Orquestras Infantis e Juvenis do Chile, o Centro Cultural Matucana 100 e a Fundação Artesanais do Chile e Chilenter, destinada a aproximar a tecnologia dos pobres. Por sua vez, Cecilia Morel (2010-2014 e 2018-2022) instituiu, em 2011, o Programa “Escolha Viver Saudável”, que promoveu um estilo de vida mais saudável (UPI, 2011). Na República Dominicana, Margarita Cedeño (2004-2012) implementou quatro grandes políticas públicas: a) “Progredir”, b) “Centros Tecnológicos Comunitários”, c) “Solidariedade Social”; e d) “Leitura que aprendo”. A primeira visava proporcionar emprego e capacitação humana a pessoas em situação de pobreza extrema. Graças à segunda, foram instalados 87 Centros Tecnológicos Comunitários em áreas rurais. A terceira, buscou promover a saúde preventiva, enquanto a quarta ofereceu formação cultural.

Algumas primeiras-damas também participam ativamente de atividades políticas internacionais, promovendo a imagem e a agenda do presidente e colaborando com as relações diplomáticas (VAN WYK, 2017, p. 165). Essa participação se expressa em visitas de Estado, discursos em organizações internacionais e outros países, encontros com outras primeiras-damas, presidentes, líderes políticos e presença em eventos formais. Por exemplo, auxiliam as reuniões especiais no marco da Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe, do Sistema de Integração Centro-americano e da Cúpula das Américas.

Da mesma forma, há reuniões que envolvem exclusivamente as primeiras-damas. Elas possuem uma própria cúpula, o que lhes permite desenvolver conexões, apoiarem-se mutuamente, promover questões, conhecer políticas públicas implementadas em outros países e, eventualmente, gerar um plano de ação coletivo. Em 1987, a primeira-dama da Guatemala, Raquel Blandón, organizou o primeiro Encontro das Primeiras-damas da América Central, para apoiar o processo de paz da região. Com esse antecedente, em 1991, as primeiras-damas organizaram o primeiro Encontro Latino-americano e Caribenho de Primeiras-damas na Venezuela e, em 1994, foram incluídas as primeiras-damas dos Estados Unidos e do Canadá. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (1998), as reuniões foram realizadas para pactuar um programa de trabalho que permitisse às primeiras-damas

apoiar as políticas sociais impulsionadas por seus governos. A última conferência foi realizada no ano de 2007, em El Salvador. A tabela a seguir mostra as reuniões realizadas e os temas abordados.

Tabela 2 Conferências das Primeiras-damas, Esposas e Representantes do Estado e Governo das Américas

Ano	País	Temática / Lema
1991	Venezuela	Mulher, infância, juventude e família
1992	Colômbia	Bem-estar da mulher, infância, juventude e família
1993	Costa Rica	Desenvolvimento integral da família
1994	Santa Lúcia	Declaração de Santa Lúcia
1995	Paraguai	Saúde e educação da mulher e da infância
1996	Bolívia	Os direitos da mulher e da infância no marco do desenvolvimento sustentável
1997	Panamá	Construímos o futuro da América com direitos humanos e cultura de paz
1998	Chile	América constrói hoje os caminhos de 2000
1999	Canadá	Mulheres das Américas: agentes do progresso
2001	Equador	Adolescentes das Américas: forjadores de um novo milênio
2002	México	Infância e pobreza
2003	República Dominicana	Juventude e pobreza
2005	Paraguai	Mulher e família
2007	El Salvador	Construindo uma sociedade para todas as idades

Fonte: Elaboração própria

Em 2000, as primeiras-damas da América Central retomaram suas reuniões, convocando o “Encontro de Primeiras-damas da América Central, Belize, Panamá e República Dominicana”, em El Salvador. Logo após, reuniram-se na Nicarágua (2001), Guatemala (2002), Panamá (2003), Honduras (2004), República Dominicana (2006), Guatemala (2007) e Panamá (2008). Na mesma linha, em 2006, foi criada a “Coalizão de Primeiras-damas e Mulheres Líderes da América Latina sobre Mulher e AIDS”, por iniciativa da primeira-dama de Honduras, Xiomara Castro. O objetivo era promover políticas e mobilizar recursos para a prevenção, tratamento e cuidado com o HIV, além de reduzir o impacto da epidemia em mulheres e crianças. Desde então, foram realizadas diversas reuniões com o apoio da ONU Mulheres e da ONU AIDS. As conferências regionais são um exemplo da participação das primeiras-damas na política externa, nas quais participam para discutir, coordenar e planejar políticas públicas, representando os governos na tomada de decisão.

3. As primeiras-damas como membros da elite

Vários estudos analisaram as elites políticas latino-americanas, especialmente com foco nos presidentes e legisladores (ALCÁNTARA, TAGINA, 2016). Nessa seção, argumentamos que o grau de envolvimento político das primeiras-damas justifica que sejam estudadas como membros dessa elite. Entendemos que seus integrantes são indivíduos responsáveis por decisões políticas que têm consequências em nível nacional, ou pelo menos influenciam essas decisões (ARANA, 2018). Esses sujeitos têm uma vasta capacidade de afetar o bem-estar coletivo de uma sociedade, porque podem influenciar a opinião pública, administram a estrutura do Estado, criam leis, decidem sobre a execução do uso da força pública, dirigem as relações com outros Estados e determinam as políticas econômicas do governo.

No entanto, não há muito consenso sobre quem pertence à elite política. Seguimos a conceitualização de Arana (2016b), que distingue entre membros *de jure* e *de fato*. No primeiro grupo, encontram-se aqueles que devem seu poder ao cargo legal que ostentam, seja porque foram indicados ou eleitos pelo voto popular. Esta categoria inclui presidentes, vice-presidentes, ministros, vice-ministros, juízes do Supremo Tribunal Constitucional, governadores, prefeitos, senadores, deputados, líderes partidários, burocratas de alto escalão e autoridades locais (como prefeitos). Os membros *de fato* são mais difíceis de identificar, já que seu pertencimento à elite deriva de uma posição de influência informal sobre a tomada de decisões políticas. Ninguém votou nesses membros, cuja influência pode ser legítima (como é o caso de lideranças espirituais ou profissionais) ou ilegítima (no caso daqueles que financiam políticos em troca de favores). Entre os membros de fato, existem aqueles que gozam de grande visibilidade, como proprietários de meios de comunicação, reitores de universidades, líderes religiosos e líderes de sindicatos empresariais, associações profissionais, organizações sindicais e destacadas ONGs. Mas há também outros, com menor exposição pública, como os lobistas e financiadores de políticos. Embora muitos desses membros sejam conhecidos, sua influência é difícil de rastrear, pois costumam exercê-la através de canais não oficiais.

Argumentamos que as primeiras-damas são membros da elite política *de fato*, devido à influência que exercem no Poder Executivo, graças aos vínculos com o presidente. Conceituar as primeiras-damas desta forma nos permite compreender mais sobre uma

posição em princípio cerimonial que, no entanto, está atualmente aumentando a participação de mulheres nos cargos de poder político. Conforme a seção anterior evidenciou, o número de ex-primeiras-damas concorrendo a cargos de eleição popular aumentou. Então, é razoável esperar que a posição se consolide como uma plataforma para encorajar o surgimento de novas lideranças.

A conceitualização das primeiras-damas como parte da elite política também permite indagar sobre as relações dinásticas de poder. Na América Latina, existe uma extensa tradição de famílias que concentram muitos cargos de poder (ALCÁNTARA, 2012; ARANA, 2016b). Paradigmático disso, são os casos em que as presidências foram ocupadas por pais e filhos, como ilustram os casos dos Frei no Chile, os Pastrana na Colômbia, os Arosemena no Equador, os Batlle no Uruguai e os Somoza na Nicarágua. O surgimento ativo de primeiras-damas na política pode contribuir para tornar as famílias políticas ainda mais poderosas, o que prejudica a competição democrática pelo poder e dificulta o surgimento de lideranças com origens menos influentes (GEYS, SMITH, 2017). O efeito pode ser particularmente nocivo nos casos em que as primeiras-damas ajudam a ampliar o poder do presidente, pois isso contribui para a personalização da política em uma região que sofre de fragilidade institucional para enfrentar esse problema (MCALLISTER, 2007).

Argumentamos que nem todas as primeiras-damas têm o mesmo grau de influência. Apesar da dificuldade de medir e conceituar a influência política que exercem, devido ao fato de parte dessa atuação ocorrer na esfera pessoal e os presidentes terem incentivos para ocultá-la, identificamos padrões que nos permitem criar categorias de análise para compreender a gravitação das primeiras-damas no Poder Executivo. Propomos categorizar as primeiras-damas a partir de duas variáveis que possibilitam identificar sua influência política: a experiência política prévia e a participação em políticas públicas. Em continuação, propomos uma tipologia para classificá-las de acordo com sua influência política e, em seguida, mostramos como a tipologia serve para categorizar as 88 primeiras-damas que existiram na região entre 1990 e 2016.

A tabela a seguir mostra dois critérios distintivos. O vertical classifica as primeiras-damas com base na experiência política prévia ou não ao Poder Executivo. Ou seja, se foram vice-presidentas, governadoras, senadoras, deputadas, líderes partidárias, legisladoras a nível subnacional, membros de assembleias constituintes e prefeitas ou vereadoras. Embora se trate de diferentes postos e em diferentes níveis do sistema político,

consideramos que aquelas que os exercem possuem duas características relevantes. A primeira é que já demonstraram ter motivação suficiente para participar ativamente na política. Já a segunda é que possuem um conhecimento prático em política que lhes permite influenciar a partir de sua experiência na tomada de decisões no Poder Executivo. Dentre as 88 primeiras-damas, 19 ocuparam cargos políticos antes de chegarem ao Executivo e 69 não.

Tabela 3 Influência política das Primeiras-damas

	Não participa de políticas públicas	Participa de políticas públicas
Com experiência	Conselheiras políticas; influência mediana (1)	Políticas ativas; alta influência (18)
Sem experiência	Despolitizadas; baixa influência (22)	Políticas novatas; influência mediana (47)

O critério horizontal diferencia entre aquelas primeiras-damas que, uma vez no cargo, participam formalmente da formulação, direção ou execução de políticas públicas e aquelas que não participam. Ao participar de políticas públicas, as primeiras-damas tornam-se funcionárias de fato e, por tanto, influenciam no desempenho do governo a que pertencem. Entre as 88 primeiras-damas, 66 participaram de políticas públicas e 22 não.

O cruzamento dos dois critérios gera quatro categorias. No quadrante superior direito estão as primeiras-damas que chamamos de “políticas ativas”, uma vez que são as mais influentes. Elas fizeram carreira política antes de serem primeira-dama e, uma vez no governo, participaram de políticas públicas. Esta categoria se aplica a 18 das 88 primeiras-damas. Algumas neste grupo tiveram um papel muito importante no governo, como a nicaraguense Rosario Murillo e a argentina Cristina Fernández, que logo posteriormente foram eleitas para a vice-presidência e a presidência, respectivamente. Na verdade, oito das que estão nesse grupo (44%) concorreram nas eleições populares depois de deixar o governo.

No lado oposto, encontram-se aquelas que chegaram ao Executivo sem experiência política e, uma vez nele, não se envolveram com políticas públicas. Um total de 22 das 88

primeiras-damas, a quem chamamos de “despolitizadas,” estão nessa categoria. Significativamente, nenhuma mulher neste grupo concorreu a um cargo via eleição popular depois de deixar o governo. Sua influência potencial no governo é, nas palavras de Watson (1997), de “almofada”. Ou seja, essa influência surge da relação pessoal com o chefe de governo e, por tanto, elas podem intervir com seus conselhos, condicionando o tempo que os líderes dedicam a certas atividades e afetando a composição do círculo íntimo do chefe de governo. Mas esperamos que sua influência puramente política seja baixa.

Dois tipos de primeira-dama se enquadram em uma categoria de influência política intermediária. O mais comum é aquela na qual as primeiras-damas não tiveram experiência política, mas se envolveram em políticas públicas após ingressarem no Executivo. Mais da metade das primeiras-damas (47) encaixam-se na categoria de “políticas novatas”. É possível que algumas tenham despertado o interesse por se envolver na política após terem chegado ao governo. No entanto, suspeitamos que várias “políticas novatas” sempre nutriram um interesse pela política que, por distintas razões – incluindo a disparidade de gênero na atividade, não se materializou antes. Inclusive, existe literatura de psicologia que apoia fortemente a noção de que as pessoas se casam com quem possuem semelhanças em fatores como idade, atitudes políticas, educação, inteligência e valores (WATSON et. al. 2004). Assim, se elas se casam com um político profissional, é possível que compartilhem uma agenda política em comum. Consistentemente com essa descrição, 11 “políticas novatas” (23%) concorreram como candidatas ao Congresso, à vice-presidência ou à presidência, após deixarem o governo.

Isso sugere que várias mulheres nessa categoria usam a posição como um trampolim para entrar na política ativa e, em alguns casos, dar continuidade ao legado do marido. Foi o caso de Xiomara Castro, em Honduras, candidata à presidência em 2013. Ela não possuía experiência política na época em que assumiu como primeira-dama, mas se comprometeu com políticas públicas e teve participação ativa após o golpe de Estado contra seu marido, o presidente Manuel Zelaya. Alguns meios de comunicação e analistas políticos descreveram a candidatura de Xiomara como um movimento estratégico de Zelaya, já que a única opção que tinha para voltar ao poder era através de sua esposa (SERRAFERO, 2015, p. 97).

A outra categoria de influência política intermediária é a que guarda o menor número de casos entre as quatro categorias descritas. Tratam-se das primeiras-damas que tiveram

experiência política anterior, mas não participaram de políticas públicas. Chamamos “conselheiras políticas” aquelas que estão nessa categoria, pois esperamos que sua trajetória pública influencie seu papel como conselheiras nas tomadas de decisões no governo. Apenas a uruguaia Lucía Topolansky se enquadra nessa categoria, a qual acreditamos ser a menos numerosa em função de parecer contraditório para uma política que se abstenha de se envolver com políticas públicas ao chegar no Executivo. De fato, é possível que essa categoria se aplique a mais casos excepcionais como o de Topolansky, que não se envolveu com políticas públicas porque se dedicou ao cargo de legisladora. Da mesma forma, avaliamos que provavelmente as “conselheiras políticas” continuem envolvidas na política após deixarem o governo – assim como o fez Topolansky.

A tipologia exposta tem algumas limitações. A primeira é que a influência das primeiras-damas não é monocórdica. Ou seja, o nível de influência de uma primeira-dama varia durante o governo. Neste caso, considera-se como indicador o comportamento durante todo o governo. A segunda é que cada categoria pode conter primeiras-damas com diversos graus de influência. Por exemplo, uma primeira-dama pode ser “despolitizada”, mas exercer uma influência maior no desempenho presidencial do que as mulheres em outras categorias, devido à sua dinâmica de casal com o chefe de governo. Como a tipologia expõe categorias globais, não capta casos como o descrito, embora esperamos que sejam exceções.

Além disso, pode haver grande variação dentro de cada categoria. Por exemplo, uma primeira-dama que foi prefeita e desempenha um papel menor na execução de uma política pública será colocada na mesma categoria que alguém com uma longa trajetória e influência, como Rosario Murillo, na Nicarágua, ou Sandra Torres, na Guatemala. No entanto, acreditamos que estes casos também sejam marginais. Como mostra a Tabela 1, a principal experiência política anterior das primeiras-damas foi no Legislativo.

Além disso, o potencial de influência política das primeiras-damas está condicionado pelo ambiente político e institucional em que atuam. Fatores institucionais como o orçamento e as atribuições do gabinete da primeira-dama condicionam a autonomia institucional que dispõem. Porém, esses tipos de condicionantes em relação ao entorno são comuns a todos os políticos.

A existência de limitações e condicionantes, entretanto, não afeta a contribuição analítica das tipologias propostas. Acreditamos que o fato daquelas primeiras-damas

classificadas como mais influentes nos governos terem sido as que se lançaram em maior proporção para competir na arena eleitoral, sugere que as categorias refletem adequadamente a realidade.

Conclusão

Este artigo analisou a participação política das primeiras-damas latino-americanas, demonstrando que, coletivamente, desenvolveram uma alta atividade política enquanto estiveram no Poder Executivo e depois que o deixaram. Argumentamos que o crescente papel político que esse grupo de mulheres vem adquirindo justifica que sejam consideradas como membros *de fato* da elite política. Para diferenciar o grau de envolvimento das primeiras-damas, criamos uma tipologia que diferencia se elas tiveram participação política anterior e se, uma vez no governo, engajaram-se em políticas públicas. Em seguida, classificamos as 88 primeiras-damas da região, entre 1990 e 2016, em uma das quatro categorias: “política ativa”, “despolitizada”, “conselheira política” e “política novata”.

Consideramos que a conceitualização das primeiras-damas como membros da elite política é o primeiro passo para responder a outras perguntas importantes, destinadas a dimensionar seu envolvimento na política. Por exemplo, dado que várias mulheres foram políticas antes de serem primeiras-damas, seria interessante analisar a trajetória política dos casais que chegaram à presidência sendo tomados como um todo. Isso permitiria entender melhor o papel que cada parte desempenhou na trajetória de seu parceiro. Ainda assim, seria necessário averiguar se a participação das primeiras-damas no Executivo tende a repercutir positivamente na administração estatal – por exemplo, se auxilia a consolidar a agenda presidencial, ou se tende a interferir nos canais de poderes formais e profissionais já existentes. Além disso, não está claro o que diferencia as primeiras-damas que seguem uma carreira política exitosa ao deixar o governo daquelas que não continuam a carreira como políticas – seria um assunto mais de preferência ou de oportunidades? Por fim, acreditamos ser necessário que trabalhos futuros pesquisem como o ambiente institucional em que as primeiras-damas desempenham suas funções condiciona seu comportamento – se é que isso ocorre.

Acreditamos que a agenda de pesquisa que se abre ao conceituar as primeiras-damas como membros da elite política permite-nos complementar outras três literaturas na

disciplina. Uma delas é a de mulheres na política. A literatura de gênero demonstra amplamente que a participação de mulheres em posições de poder político incentiva outras mulheres a se envolverem na política (THAMES, WILLIAMS, 2013). Na medida em que mais ex-primeiras-damas concorrem a cargos de eleição popular, parece-nos interessante explorar se elas também incentivam outras mulheres a entrarem na política, ou se suas carreiras são consideradas como exceções devido à sua posição privilegiada. Outra descoberta da literatura de gênero é que as congressistas legislam diferentemente dos homens, avançando em assuntos relacionados à família, a equidade de gênero (como direitos reprodutivos e jurisdição materna) e proteção a menores de idade (BALDEZ, 2012). Dada a singular aquisição de capital político das primeiras-damas, seria interessante saber se, como grupo, elas também abraçam causas semelhantes a outras mulheres na política. A pesquisa das primeiras-damas também se conecta com a da personalização da política e das dinastias políticas. Conforme discutido, em vários países da região, há muitas lideranças personalistas e famílias que concentram um amplo poder político. Se as primeiras-damas e sua crescente participação política ajudarem a ampliar ainda mais o papel de lideranças personalistas e o poder de famílias influentes, então, o acesso a posições de poder por pessoas de origens menos influentes poderia ser cada vez mais restrito.

Referências

ALCÁNTARA SÁEZ, M. *El oficio del político*. España: Tecnos, 2012.

ALCÁNTARA SÁEZ, M.; TAGINA, M. L. (eds.). *Elecciones y cambio de élites en América Latina*, 2014 y 2015. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2016.

ÁLVAREZ, L. Murillo «usurpó» cargo de Canciller. *La Prensa*, 2015. Disponível em: <<https://www.laprensa.com.ni/2015/02/02/politica/1775478-murillo-usurpo-cargo-de-canciller>>. Consulta em: 05 de julho de 2017.

ARANA ARAYA, I. Democracia y matrimonios presidenciales. Poca competencia y rotación en la élite política. *Nueva Sociedad*, 2016a.

_____. ¿Cómo evaluar a los integrantes de la élite política? Una propuesta basada en los presidentes americanos. *Política*, 2016b, vol. 54 (1): 219-254.

_____. Comparative Political Elites. In: FARAZMAND, A. (ed.). *Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance*. Switzerland: Springer International Publishing, 2018.

- BALCÁRCER, J. D. *Primeras Damas de República Dominicana*. República Dominicana: Editora Búho, 2010.
- BALDEZ, L. Gender. In: YASHAR, D.; KINGSTONE, P. (eds.). *Handbook of Latin American Politics*. Routledge Press, 2012.
- BORRELLI, M. A. Competing Conceptions of the First Ladyship: Public Responses to Betty Ford's 60 Minutes Interview. *Presidential Studies Quarterly*, 2001, vol. 31 (3): 397-414.
- _____. *The Politics of the President's Wife*. usa: Texas A&M University Press, 2011.
- BORRELLI, M. A.; TENPAS, K. D.; WRIGHT, L. A. *The Office of the First Lady*. Report 2017-30. usa: The White House Transition Project 1997-2017, 2017.
- BRANDOLI, J. Quien manda en Nicaragua es Rosario Murillo. *El Mundo*, 2016. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/internacional/2016/11/07/581f50e4e2704ea57c8b459f.html>>. Consulta em: 10 de novembro de 2016.
- BURNS, L. M. *First Ladies as Political Women*. Press Framing of Presidential Wives 1900-2001. University of Maryland, 2004.
- CAULA, N.; SILVA, A. *Ana, la guerrillera*. Una historia de Lucía Topolansky. Uruguay: Ediciones B, 2011.
- DAL BÓ, E.; DAL BÓ, P.; SNYDER, Jason. Political Dynasties. *Review of Economic Studies*, 2009, vol. 76: 115-142.
- DEBUSSMANN, B. Nicaraguans See First Lady as Power behind Throne. *Reuters*, 2007. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-nicaragua-wife/nicaraguans-see-first-lady-as-power-behind-throne-idUSN2632184220070129>>. Consulta em: 11 de fevereiro de 2015.
- EKSTEROWICZ, A.; PAYNTER, K. The Evolution of the Role and Office of the First Lady: The Movement Toward Integration with the White House. *The Social Science Journal*, 2000, vol. 37 (4): 547-562.
- FERNÁNDEZ, D. *Sandra Torres quiere casarse con Guatemala*. Foreign Affairs Latinoamérica, 2011, vol. 11 (3): 2-11.
- FERNÁNDEZ RAMIL, M. A.; RIVERA URRUTIA, E. *La trastienda del Gobierno: el eslabón perdido en la modernización del Estado chileno*. Chile: Catalonia, 2012.
- FOLKE, O.; RICKNE, J.; SMITH, D. M. *Gender and Dynastic Political Recruitment: Theory and Evidence*, 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2985230>>. Consulta em: 02 de agosto de 2018.
- GÁLVEZ, K. Las confesiones de las ex primeras damas. *Revista Ya*, 2014. Disponível em: <<http://diario.elmercurio.com/detalle/index.asp?id={d30f01d1-a06b-420a-aa83-c7d9c7dfe13a}>>. Consulta em: 04 de abril de 2015.
- GEYS, B.; SMITH, D. M. Political Dynasties in Democracies: Causes, Consequences, and Remaining Puzzles. *The Economic Journal*, 2017: 1-17.
- GORDINHO, M. C. *Livro de Ruth*. Brasil. 2009.

GUERRERO VALENCIA, C.; ARANA ARAYA, I. mucho más que acompañantes: la irrupción electoral de las primeras damas latinoamericanas, 1990-2016. In: MIRANDA LEIBE, L.; SUÁREZ-CAO, J. (eds.). *La política siempre ha sido cosa de mujeres: elecciones y protagonistas en Chile y la Región*. Chile: Flacso, 2018.

HÜSTEBECK, Momoyo. Park Geun-Hye: Als Präsidententochter Zur Ersten Staatspräsidentin Südkoreas? Duisburg Working Papers on *East Asian Studies*, 2006: 66.

INÁCIO, M.; LLANOS, M. The Institutional Presidency in Latin America: A Comparative Analysis. *Presidential Studies Quarterly*, 2016, vol. 46 (3): 531-549.

La Nación. Cristina Kirchner: más que una primera dama. *La Nación*, 2004. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/603474-cristina-kirchner-mas-que-una-primera-dama>>. Consulta em: 12 de novembro de 2015.

LEE, Y. From First Daughter to First Lady to First Woman President: Park Geun-Hye's Path to the South Korean Presidency. *Feminist Media Studies*, 2017, vol. 17 (3): 377-391.

MALTA, R. *Tudo O Que Vi e Vivi*. Brasil: Leya, 2014.

MARTÍ I PUIG, S. El regreso de Ortega: los primeros pasos de su segunda Administración. *Revista de Ciência Política*, 2008, vol. 28 (1): 287-303.

MAYO, E. Party Politics: The Political Impact of the First Ladies' Social Role. *The*

Social Science Journal, 2000, vol. 37 (4): 577-590.

MCALLISTER, I. The Personalization of Politics. In: *The Oxford Handbook of Political Behavior*. U. K.: Oxford University Press, 2007.

MUIR KENNER, J.; BENITEZ, L. Redefining the Role of the First Lady: The Rethorical Style of Hillary Rodham Clinton. In: DENTON, R. E.; HOLLOWAY, R. L. *The Clinton Presidency: Images, Issues, and Communication Strategies*. Westport: Praeger, 1996:139-157.

O'CONNOR, K.; NYE, B.; VAN ASSENDELFT, L. Wives in the White House: The Political Influence of First Ladies. *Presidential Studies Quarterly*, 1996, vol. 26 (3): 835-853.

Pan American Journal of Public Health (ed.). Séptima Conferencia de «Primeras Damas» de Las Américas. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 1998, vol. 3 (6): 421-426.

ROBLES, F. E., Primera dama y ahora candidata a la vicepresidencia: acumulando poder en Nicaragua. *New York Times*, 31/10/2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/es/2016/10/31/esposa-primera-dama-y-ahora-candidata-a-la-vicepresidencia-acumulando-poder-en-nicaragua/>>.

Consulta em: 2 de novembro de 2018.

ROSENHECK, D. El hada buena: las mujeres en la política argentina. *Foreign Affairs Latinoamérica*, 2011, vol. 11 (3): 20-27.

RUIZ, G. *Dos pasiones*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2012.

SANTAMARÍA, G. La revolución en rosa: Rosario Murillo, la primera dama que «copreside» Nicaragua. *Foreign Affairs Latinoamérica*, 2011, vol. 11 (3): 28-34.

SEFCHOVICH, S. *La suerte de la consorte*: las esposas de los gobernantes de México; historia de un olvido y relato de un fracaso. México D. F.: Océano, 2003.

_____. Margarita Zavala de Calderón y las políticas públicas. *Foreign Affairs Latinoamérica*, 2011, 11 (3): 35-43.

SERRAFERO, M. D. El control de la sucesión: reelección y limitaciones de elección presidencial por parentesco en América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas*, 2015, vol. 9 (1): 81-103.

STOOKSBURRY, K. E.; EDGEMON MAXWELL, L. *The First Lady Scholarship Reconsidered. Women and Politics*, 2003, vol. 25 (3): 97-111.

THAMES, F. C.; Williams, Margaret S. *Contagious Representation: Women's Political Representation around the World*. Estados Unidos: New York University Press, 2013.

UPI. Cecilia Morel habló sobre Programa Elige Vivir Sano en la onu . El Mercurio, 17/09/2011. Disponible em: <<http://www.emol.com/noticias/deportes/2011/09/19/504086/cecilia-morel-hablo-sobre-programa-elige-vivir-sano-en-la-onu.html>>. Consulta em: 15 de julho de 2015.

VAN WYK, J. A. The First Ladies of Southern Africa: Trophies or Trailblazers? *Politikon*, 2017, vol. 44 (1): 157-172.

VIERCI, P. *Ellas cinco*. Uruguay: Aguacalera Editorial, 2014.

WASSERMAN, C. D. Firing the First Lady: The Role and Accountability of the Presidential Spouse. *Vanderbilt Law Review*, 1995, vol. 48: 1215-1259.

WATSON, R. The First Lady Reconsidered: Presidential Partner and Political Institution. *Presidential Studies Quarterly*, 1997, vol. 27 (4): 805-818.

_____. «Source Material»: Toward the Study of the First Lady: The State of Scholarship. *Presidential Studies Quarterly*, 2003, 33 (2): 423-441.

WATSON, D.; KLOHNEN, E. C.; CASILLAS, A.; NUS SIMMS, E.; HAIG, J.; BERRY, D. S. Match makers and deal breakers: Analyses of assortative mating in newlywed couples. *Journal of Personality*, 2004, vol. 72 (5): 1029-1068.

WEKKIN, G. D. Role Constraints and First Ladies. *The Social Science Journal*, 2000, vol. 37 (4): 601-610.

WINFIELD, B. The First Lady, Political Power, and the Media: Who Elected Her Anyway? In: NORRIS, P. (ed.). *Women, Media and Politics*. usa: Oxford University Press, 1997: 166-179.

WORNAT, O. *La jefa*: vida pública y privada de Martha Sahagún de Fox. México D. F.: Debolsillo, 2005.